**A Amazônia e o Nacional-Estatismo: Uma análise sobre os discursos políticos autoritários na década de 1930[[1]](#footnote-1)**

Paula Mirana de Sousa Ramos[[2]](#footnote-2)

Tereza de Sousa Ramos[[3]](#footnote-3)

**Resumo**

Este artigo busca fazer um itinerário das ideias políticas presentes nos discursos de Álvaro Maia pronunciados durante sua trajetória política. A partir desta proposta pretende-se compreender como este defensor das instituições liberais da década de 1920 tornou-se um ideólogo do regime varguista na década de 1930. Defensor de ideias de uma modernização conservadora através da valorização do seringueiro na Amazônia, Maia se coloca na condição de único líder capaz de dar prosseguimento as transformações que a região necessita. Usaremos como base metodológica a perspectiva contextualista de Quentin Skinner ao se analisar os elementos ideológicos imbricados nos discursos pronunciados durante este período.

**Palavras Chaves:** discursos; Amazônia; conservadora

**Introdução**

Inspirado nas ideias de organicismo e corporativismo, Álvaro Maia via a sociedade como um organismo vivo, no qual todos os setores sociais eram vitais, porém precisando de um cérebro para os conduzirem. Este cérebro seria um Estado forte, e o Estado era o próprio Getúlio Vargas.

Na primeira seção deste trabalho, foi feita a análise do discurso em nome dos amazonidas, pronunciado em 1926, onde Maia mantem uma retórica de crítica a condução do projeto republicano no Brasil e na Amazônia. Defensor neste momento das ideias liberais, acreditava que o estabelecimento das instituições políticas inspiradas em “modelos de fora” apenas reforçou os regionalismos políticos, que conduziam uma política em favor de seus próprios interesses e em detrimento do povo. No entanto, a ideia de uma “ameaça” no qual essas instituições estavam sofrendo em muito revela uma retórica conservadora de um típico representante dos estamentos que haviam sido alijados do poder durante este período.

Na segunda seção, foi feita uma análise dos discursos durante o período do Estado Novo. A valorização do trabalhador da borracha é defendida por Maia, que o denomina de “soldado da borracha”, evocando a participação dos mesmo durante o conflito da Segunda Guerra Mundial, tal comparação buscava dar uma representatividade aos seringueiros esquecidos no interior da Amazônia. Do mesmo modo, a retórica deste discurso reforçava a posição de um Estado forte, autoritário e conservador como único capaz de restabelecer a ordem social perdida.

Ao se analisar os elementos ideológicos imbricados nos discursos pronunciados e na obra alvareana, a partir da perspectiva contextualista[[4]](#footnote-4) de Skinner (1969), será possível identificar dentro do vocabulário de Maia a contextualização da sua ideologia de valorização da borracha. Esclarecendo assim, o tipo de ação política pretendida por ele ao expressar tais ideias. A partir dessa abordagem complementar aos procedimentos metodológicos na análise literária discutidas anteriormente, surge a concepção de que os sujeitos elaboram suas visões de mundo como parte de sua experiência, essa que é compartilhada com um ou mais grupos sociais. Nesse sentido, os literatos são formuladores de ideias, veiculadores de visões de mundo que são construídas coletivamente.

Ao analisar seus discursos, é possível identificar uma espécie de ideologia política fundada na mudança e na exaltação das origens amazônicas a partir da valorização do elemento nativo, o caboclo. Insinua-se um retorno ao tempo passado e a valorização do cenário amazônico em função das mudanças sofridas pelo estado durante esse período que de fato não trouxeram melhorias à vida dos amazonenses. Segundo Santos (1996), Álvaro Maia pode ser caracterizado como um regionalista, daí a valorização de sua identidade cabocla presente em sua obra literária e em seus discursos proferidos ao longo da sua trajetória.

**I-A Amazônia e o conservadorismo liberal no discurso da década de 1920**

Em julho de 1926, a pedido de estudantes de direito do Amazonas que residiam no Rio de Janeiro, Álvaro Maia saudou o presidente recém eleito Washington Luís em sua visita ao estado do Amazonas, e assim escreveu uma carta aberta, *“Em nome dos Amazônidas”*, na ocasião do segundo aniversário da rajada libertadora do Amazonas.

Neste discurso, Álvaro Maia constrói uma das suas principais ideologias políticas, a defesa da ideia de que o estado era o “paraíso verde”, em contraposição à ideia de Alberto Rangel que havia denominado a região amazônica como *“inferno verde”*.

Tentando explicar a má interpretação dadas ás palavras do escriptor, dizia, vae para seis annos, o humilde signatario destas linhas: - “Inferno Verde? Não. El-Dorado Verde! Paraíso Verde! E’ uma denominação falsa applicada ao norte, à bacia que povoam as immensas florestas, onde vivem creados pelo mysterioimpenetravel, myriades de lendas, que definem a sua maravilha e a sua fecundidade[[5]](#footnote-5).

Pautado na ideia de valorização do Amazonas, Álvaro Maia procura desconstruir a pecha preconceituosa de que o estado era um lugar que levava ao óbito todos os que se aventurassem em desbravá-lo. Para se contrapor a este conceito, ele criou a ideia de “paraíso verde”, isto muito em função de ser um poeta simbolista, conceito que se relacionava ao paraíso mencionado na Bíblia e que será destinado a todos os que o merecerem. Do mesmo modo, a ideia de El-Dorado Verde está ligada à lenda do eldorado, um lugar escondido, detentor de muitas riquezas intocadas. Ainda no mesmo discurso, ele irá relacionar esta ideia de paraíso perdido com o “ouro negro” (a borracha), ou seja, este lugar, *a priori* conhecido como um lugar de morte, na verdade é um paraíso cheio de riquezas, isto é, a borracha seria a fonte destas riquezas. No entanto, segundo Álvaro Maia, este paraíso verde está abandonado, esquecido dentre os outros estados do país.

Ele desenvolve a ideia de paraíso verde/eldorado verde, justificando que o Amazonas não poderia ser considerado um inferno, pois não é um cárcere que prende todo aquele que pretende adentrá-lo. No entanto, por se tratar de um lugar onde vivia um povo simples, tornou-se terreno fácil para aqueles que chegavam para “desbravá-la” na intenção de dominar, defraudando a moral deste povo.

Contudo, apesar do discurso *“Em nome dos Amazônidas”* ficar preso a uma linguagem literária, utiliza-se também de uma retórica política. Daí o começo das críticas de Álvaro Maia com relação à situação política do estado e do país, pois, para ele, o projeto republicano naquele momento não garantia a nacionalidade do país: “[...] Adstricta a essas normas de liberdade intransigente, adstricta ao nacionalismo sadio, a nossa pátria não inspira respeito pelo seu presente, que se esboça ainda em falsas projecções”[[6]](#footnote-6). Neste sentido, ele vê com preocupação o futuro do país, atemorizado de que esse projeto político possa comprometer definitivamente a nação brasileira.

Segundo Quentin Skinner (1969), através da contextualização histórico e política do autor é possível compreender a sua intencionalidade em proferir tais palavras. Álvaro Maia era um nacionalista e defendia a política republicana, no entanto, como um conhecedor do jogo político, ele sabia que a retórica de seu discurso direcionando para a defesa do sistema político vigente se harmonizava com os interesses dos grupos políticos então no poder; neste sentido, construía sua carreira política e criava a imagem do líder/poeta.

O ideário político de Álvaro Maia era fundado na construção do país como uma nação; isso justifica muitos de seus atos ao longo de sua trajetória, como o fato de apoiar o Estado Novo, sua defesa de uma educação moral e cívica e a solidariedade dedicada à rebelião de 1924 demonstram como seu *ethos* político estava sendo firmado e posteriormente justificariam suas atitudes como um político já consagrado após a década de 1930.

Era comum aos intelectuais deste período a construção do ideal de nação, e em suas obras e Álvaro Maia via na educação o fator decisivo para reverter a apatia na qual a república brasileira se encontrava. Assim, seria a ausência de civismo que geraria um comportamento indiferente ante a situação política do país. Segundo Santos (1996), Álvaro Maia acreditava que nos “imperialismos estaduais” estavam a fonte para a produção de uma espécie de regionalismo, que era responsável pela falta de unidade da pátria.

Para Álvaro Maia, estes “imperialismos estaduais” sacrificavam os estados menores ou com menor população o caso do Amazonas, ante outros estados que dispunham de mais prestígio e poder de influência. O fim desse tipo de regionalismo só ocorreria com princípios constitucionais e normas centralizadoras. Contudo, como parte de seus fundamentos políticos, a questão dos “imperialismos estaduais” possui uma relevância ainda maior, um enfoque moral, pois ele acreditava que, com o aumento destes regionalismos, aumentava também os desdobramentos dentro do país.

O projeto liberal falha no Brasil em virtude do excesso de corrupção por parte das elites detentoras do poder. Neste sentido, é possível identificar a partir deste contexto o problema das relações entre o Governo Federal e os estados e municípios, onde a partir da Constituição de 1891, buscou-se resolver essa questão através da descentralização política em favor de uma determinada elite local e em detrimento dos "interesses nacionais".

O tom de “ameaça” em que as instituições republicanas se encontram não reflete uma real preocupação com o impactos das ações estatais sobre a sociedade e sim um claro discurso conservador dos estamentos dominantes que emergem em um determinado contexto no qual se sentem ameaçados por determinadas instituições e de uma ordem social e política prezadas por esses estamentos. Isto significa que o modo como o projeto republicano estava sendo conduzido ameaçava estes grupos, daí o apelo à história e a tradição sendo evocado junto ao discurso de mudança (HUNTINGTON, 1957).

Neste sentido, para Ianni (1992), os intelectuais durante este período assimilavam as ideias de acordo com seus desejos e projetos. A ambiguidade de Álvaro Maia se revela justamente no fato de que era pertencente a este grupo, defensor de ideias que explicavam o “porque” do atraso da nação, acreditava ao mesmo tempo em profundas reformas nas instituições sociais, visto que até este momento o Estado nacional garantia a continuidade do conservantismo e de estruturas sociais ligadas a uma herança colonial lusitana. Todavia, apesar de defensor destas ideias, Álvaro Maia pertencia a uma elite que propunha as mudanças necessárias para que o Estado nacional se modernizasse, sem contudo alterar as tradicionais posições políticas.

Em um período de transformações profundas nas estruturas sociais o discurso alvareano revela um caráter reativo do conservadorismo dos grupos economicamente dominantes que foram alijados do poder. A ideia de uma modernização sem profundas alterações demonstra uma retórica voltada para a mudança dos grupos dominantes vigentes, acusados de corrupção.

**II- O autoritarismo conservador no discurso da década de 1930**

Em função da circunscrição do alistamento militar, Álvaro Maia havia proferido o discurso o dia oito de setembro de 1943 em meados da Segunda Guerra Mundial e nele o seringueiro aparece como peça fundamental de sua política econômica como os “bravos heróis do país”. Durante o período da Segunda Guerra, comparava eles com os soldados que eram recrutados para ir às trincheiras. No entanto, estes soldados não eram arregimentados para a batalha mas sim para a extração da borracha que, neste momento, teve um surto de revalorização graças à guerra.

A questão social sempre foi alvo de preocupação por vários setores da sociedade brasileira, categorias como “trabalho” e “pobreza”, sempre vieram à tona desde o período da escravatura. Junto com estas questões emergem também as manifestações que buscam reivindicar melhores condições de vida para as classes trabalhadoras. Os setores dominantes e os governos vão aos poucos reconhecendo a necessidade de encarar tais questões, mesmo que, interpretem a pobreza como um impasse para o desenvolvimento da nação.

Segundo Gomes (1999), uma vez que a pobreza era entendida no período anterior a trinta como algo útil, pois estimularia o indivíduo a trabalhar, caberia aos “homens bons” a responsabilidade por conduzir a nação ao progresso. Todavia, com o advento da República e a eclosão da Primeira Guerra Mundial a venda da força de trabalho se desenvolve nas relações capitalistas e o progresso passa a encarar a pobreza como inútil e até perigoso.

A crítica ao “abandono” do Liberalismo em relação a questão social já vinha sendo feita desde a Independência, visto que o Estado brasileiro sempre sofreu as pressões do setor privado por intervenções estatais. Entretanto, no pós-trinta seus críticos defendiam uma maior intervenção estatal na educação, saúde e mercado de trabalho. A intervenção vinda do Estado resolveria o problema das agitações ameaçadoras no meio urbano e a desorganização e o abandono do trabalho rural.

Neste sentido, a estratégia ideológica do Estado para combater a pobreza deveria se pautar na promoção do valor do trabalho. A única forma de retirar o povo brasileiro do abandono em que vivera durante séculos estava no fato de que o Estado poderia garantir uma forma de vida com dignidade. A partir desse contexto, é que se deve atentar para as relações estabelecidas entre as práticas ideológicas do aparelho de Estado após o golpe de 1930, em especial durante regime estadonovista, ou seja, para a construção de um discurso legitimador e suas práticas políticas como a produção de regras legais e a criação de uma polícia política. Essas técnicas repressivas eram utilizadas como formas inibidoras que impossibilitava qualquer tipo de contestação ou oposição contra o regime.

No Amazonas dentre os representantes do regime estadonovista podemos destacar Leopoldo Peres que foi o Presidente do Departamento Administrativo, Ruy Araújo o Secretário Geral do Estado e interventor interino na ausência de Maia e o Interventor Álvaro Maia. A retórica dos discursos de Álvaro Maia além de fazer uma autodefesa de seu capital político que sofre um natural desgaste dentro do campo político, seus discursos também reforçam através de uma exaltação a figura de Vargas como o arauto da mudança, transformando-os em discípulos que apenas seguem o passo de seu mentor político e intelectual. Alves (2009), afirma que esse duplo papel servia para reforçar os ideais do regime, bem como a figura de Vargas em âmbito local.

Se durante a década de 1920 o tom de crítica as instituições repúblicas tinham um contorno mais reformista, a partir da década de 1930 o discurso alvareano apresenta uma clara perspectiva conservadora autoritário-ditatorial, pois critica o modo como a o projeto democrático se constituiu nas instituições políticas brasileiras durante a República Velha pelo de ter se deslocado verdadeiramente dos interesses nacionais.

No Brasil, durante o regime, a Imprensa foi fortemente controlada no sentido da reforçar a ideologia dominante, popularizá-la e minimizar as críticas. Assim foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), com subordinação direta ao executivo. O órgão teve sua ideia formada antes do regime pelo próprio Vargas com o intuito de reprimir a Intentona comunista através de uma “educação mental, moral e higiênica”. Assim, em relação à missão do DIP ela estava ligada a “divulgação, radiofusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Estava incumbida de coordenar, orientar e centralizar a propaganda interna e externa” (VELLOSO, 2003, p. 20). Diante desse extensivo controle, a imprensa local não passaria despercebida e vale ressaltar que os principais jornais da época pertenciam a setores ligados aos grupos políticos no poder, visto que, com a revolução de trinta, não houve um processo de profundas mudanças nos estamentos do poder local. No entanto, a imprensa não se dava apenas de maneira impositiva pois os jornais que manifestassem um claro apoio recebiam do Governo (informalmente) determinadas regalias, entre elas ganhavam cotas de papel, isenções na compra de matérias-primas e algumas vezes o auxílio vinha em dinheiro (ALVES, 2009).

A Amazônia vivia um período de estagnação econômica tal qual o vivido durante o período anterior ao primeiro “boom” da borracha. As principais cidades que foram beneficiadas com o primeiro ciclo, Belém e Manaus, sofreram de forma distinta com a perda do monopólio da borracha amazônica. A cidade de Belém por se tratar de um importante centro com relevância econômica e política na região antes do primeiro ciclo não sofreu com tão duras consequências como Manaus. Esta, após o declínio do ciclo sofreu buscando sobreviver apenas com a produção de castanha e de alguns óleos vegetais. Belém, um destacado centro agrícola da região amazônica, com um grande porto fluvial, um centro da Federação mais rico e mais populoso que o estado do Amazonas, sofreu menos.

Todavia, com a Segunda Guerra as duas cidades despertam do sono, no momento em que a borracha do Oriente encontrava-se nas mãos dos inimigos. Neste momento, o Governo Brasileiro assinou vários acordos de cooperação no sentido de garantir que a produção não fosse interrompida em tempos de guerra.

O governo central personificado na figura de Getúlio Vargas mantinha relações de mercado dúbias, pois reproduzia uma postura paternalista, influência de uma postura que se reproduzia na economia brasileira durante séculos. Segundo Andrade (2010), a intelligentsia do Regime durante este período buscou dar uma interpretação “oficial” sobre a Amazônia e tal interpretação reitera alguns posicionamentos já defendidos por Maia ao longo de sua trajetória como homem das letras e homem político.

No Discurso de 1943, a valorização do elemento nativo como membro integrante da Guerra, a importância da Amazônia para a integração do país e a participação do seringueiro na defesa nacional, demonstram que a retórica do discurso alvareano estava em consonância com o Regime. Contudo, algumas ideias que passam a ser defendidas pelos pensadores do Regime, há muito já faziam parte do itinerário de Álvaro Maia, ideias estas que influenciaram a retórica de seus discurso e que influíram no aumento do seu capital político, possibilitando assim sua consagração neste campo.

O discurso mantém uma intencionalidade de transmitir que não se trata de um representante de outras plagas a falar para pessoas, ou seja, que nunca conviveu com essa realidade, mas revela um filho da terra conversando com sua gente. A ideia de se autoidentificar como um homem do povo, já aparece nos primeiros trechos deste discurso. Contudo, apesar de construir uma imagem de autoidentificação com o homem simples do povo, ele procura criar a imagem do representante mais adequado para assumir a gestão neste novo momento do Amazonas. Note como a sua retórica messiânica que antes de 30 prenunciava um novo momento para o Estado, onde ele seria o único candidato capaz de o conduzir o para essa redenção após o declínio da borracha, se insere dentro do projeto do Estado Novo, no qual tinha a pecha um discurso que defendia um novo momento para o país, livre do fracasso das instituições liberais, um projeto novo, feito para o Brasil por verdadeiros representantes da terra que conheciam, de fato, a realidade local e não mais ideias vindas de fora sendo impostas de forma arbitrária e muitas das vezes sem adequação à realidade local. Assim:

Novamente as praias emergem do prolongado banho invernal para enxugar-se ao sol. Volto ao terreiro de tua barraca de irmão, a fim de conversarmos alguns momentos, na simplicidade de hinterlandinos da nossa Terra Verde[[7]](#footnote-7)

Segundo Skinner (1969), a análise hermenêutica busca compreender o que o autor “faz” ao dizer o que diz, ou seja, o contexto social permite identificar os problemas que despertaram a atenção do autor. A intencionalidade da retórica no trecho a cima revela que segundo o Interventor, o período de abandono já passou. Quando ele afirma que já passou o período de um prolongado inverno está se referindo ao período político anterior, no qual os grupos políticos que se revezavam no poder, buscavam garantir apenas seus interesses pessoais, razão pela qual o Amazonas encontrava-se em uma condição de total descaso pelos políticos locais e pelo Governo Central. O tom de autoidentificação, também está presente quando ele afirma que conversa com seus pares os trabalhadores, o termo “irmão” trouxe o elemento de aproximação necessária para afirmar que se trata de uma pessoa do povo, um trabalhador. O “hinterlandino” Álvaro Maia se colocava na posição de um elemento pertencente àquela situação de esquecimento, que compreendia a realidade de seus iguais e por também ser um homem simples do povo, podia conversar compreendendo suas angustias e ser compreendido.

O tom de mudança apresentado nos discursos alvareanos, refletiam uma espécie de “progresso conservador”, isto é, as mudanças na estrutura republicana defendidas por Maia não criavam necessariamente uma profunda mudança na estratificação social, não havia um projeto que alterasse as dinâmicas nas camadas sociais, suas propostas defendiam apenas o remanejamento dos grupos detentores no poder. Historicamente os movimentos reacionários de caráter conservador, tentaram frear as mudanças em curso na sociedade, enfocando os “perigos” dessas mudanças e ancorados em um tom de lamento as estruturas sociais que estavam vigentes anteriormente (HIRSCHMAN, 1992). Neste sentido, as mudanças defendidas por Maia seriam “seguras” pois a condução seria feita por um agente que salvaguardaria a estratificação sociais e os seus estamentos.

Para Andrade (2010), a política do Regime estava pautada na centralização principalmente das áreas então esquecidas, tais como o Norte do país portanto, era necessário conquistar essas regiões, para de fato fortalecer a nação. Todavia, a legitimação do Regime só se deu a partir de um aparato ideológico, órgãos como o DIP e toda uma intelectualidade que começa a trabalhar em favor do Estado Novo, são os atores fundamentais neste processo. Em relação à Amazônia, Getúlio Vargas constrói uma retórica governamentista pautada na ideia de redenção do caboclo seringueiro, da conquista e do saneamento da região. Essa retórica é reforçada pela propaganda e por viagens que o presidente fez a região. Contudo a produção intelectual dos pensadores do regime foi fundamental nesse processo de construção de um aparato ideológico; revistas como *Cultura Política* publicavam artigos afinados com as ideias do Governo para a região. Neste diapasão Álvaro Maia, como um teórico do regime, contribuiu decisivamente para a legitimação do Estado Novo em solo amazônico.

Diante da grande preocupação varguista de criar uma ideologia que legitimasse seu regime, as propagandas cívicas foram usadas como uma ferramenta fundamental para garantir seu projeto de refutação da importação de qualquer ideologia alienígena, ao mesmo tempo em que procura evitar qualquer tipo de semelhança entre seu regime e os regimes facistas.

Essa retórica política permanece acentuada, quando em 1937, Álvaro Maia assume novamente o cargo de Interventor. Em seus relatórios e discursos a defesa da borracha e do seringueiro aparecem envoltos de alegorias comuns ao príncipe dos poetas, apesar do caráter oficial dos discursos e dos relatórios. Assim no trecho:

Entre alegrias trepidantes, estilizadas em paradas da juventude, concentrações militares, marcha de operários e atletas, houve uma comemoração que não passará despercebida, embora se realizasse no silêncio das florestas, sem as aglomerações das cidades, sem os hinos candenciados por orquestras. Refiro-me a Semana da Pátria na hinterlândia, no recesso dos centros, onde os trabalhadores não ouviram as palavras do Hino, nem sentiram nos olhos o olhar da Bandeira. Os sete dias, entre os quais se inclui o dia máximo do Amazonas, decorreram em esforço maior pela aquisição de matérias-primas. Decorreram em trabalho: nas cidades houve cânticos e manifestações cívicas; nos seringais, houve articulação para vencer a guerra. Cada árvore era, ao mesmo tempo, mastro e tambor – mastro e bandeira, distribuída nas folhas, em tambor para o baque surdo das facas, na batalha da produção[[8]](#footnote-8).

Durante este período o Regime construiu um intenso projeto de formação da identidade nacional brasileira. Todavia antes de observarmos o papel de Álvaro Maia nesse processo de construção da identidade nacional, faz-se necessário compreender o papel das identidades na formação do indivíduo e como as instituições sociais tem papel fundamental nesse processo. Segundo Castells (1999), a identidade é um processo de significação atribuído a um conjunto de atributos culturais no qual o indivíduo assimila ao longo de sua vida. Contudo esse projeto de construção do indivíduo acaba por assimilar e ou se formar a partir de instituições dominantes, portanto, tal processo ocorre no momento em que esses indivíduos as internalizam. Neste sentido, ao mesmo tempo em que uma identidade possui um caráter de individuação que simultaneamente é coletivo, da mesma forma o processo de construção da identidade está ligado a um processo de dominação.

De igual modo, o conceito de nação para Anthony Giddens (2012) é fruto da moderna sociedade industrial, onde o industrialismo cria a necessidade de um sistema de Estado e de Governo mais eficiente, e como o aumento da população e a divisão social do trabalho os homens precisam de um conjunto de ideias que criem nos indivíduos um sentimento de unificação, daí a importância das ideias nacionais. Contudo, tal sentimento de identificação pode estar ligado a um grupo étnico, daí a justificação de que a nação não está apenas relacionada à configuração moderna de Estado.

Neste sentido, o projeto de construção da identidade nacional durante o Regime do Estado Novo, não teve um caráter de espontaneidade, mas apesar das desigualdades sociais, procurou trazer a ideia de “camaradagem horizontal” (ALVES, 2009). O Estado Novo transforma assim o nacionalismo de caráter individualista em coletivista, transformando o “eu” em “nós”, isto é, deixa-se de lado os interesses individualista, uma herança deixada pela primazia liberal e a sociedade passa a funcionar como uma todo harmônico.

O discurso alvareano reflete o pensamento varguista de uma perspectiva nacionalista que deitava raízes em um nacionalismo conservador, no qual era o titular de uma função histórica especial: a de realizar o que reputava ser os desígnios públicos, sendo encarnado em sua própria figura a concretização do projeto verdadeiramente democrático. Segundo Nisbet (1987), o pensamento conservador procurava combater o que foi denominado de “espírito da mudança”, isto é a necessidade inútil e superficial de mudanças movidas apenas pelo desejo de mudar. Ao analisarmos o pensamento conservador autoritário varguista o projeto moderno liberal não cumpriu verdadeiramente a missão de democratizar as instituições políticas brasileiras, pois foi apenas uma cópia mal sucedida de modelos vindos de fora, neste sentido, a recuperação dos interesses nacionais estava personificada na própria figura de Vargas, essa ideia retoma o período monárquico de que o soberano deveria realizar a mesma tarefa em prol de seu súditos quando este estivessem desorientados (BUENO, 2016).

**Conclusão**

Na década de 1920, os discursos de Álvaro Maia já revelam a preocupação em descontruir as ideias de exotismo e indolência que criaram uma imagem determinista sobre a Amazônia, onde seria impossível seu desenvolvimento. Ele se torna um ideólogo que vê na figura do seringueiro a representação da capacidade do homem de desbravar esta região e desenvolvê-la, pois em seu árduo labor sobre a extração da hévea, eles já demonstravam os primeiros sinais de vitória do homem sobre a natureza. Maia defendia a ideia de que o Amazonas era um eldorado/ paraíso verde, referência irônica a ideia de que a Amazônia era o inferno verde de Alberto Rangel.

Com a revolução na década de 1930 e posteriormente o estabelecimento do Estado Novo, os intelectuais brasileiros já não buscam em seus estudos identificar a identidade nacional. Uma vez superados tais questionamentos, buscou-se compreender de que maneira as instituições liberais falharam. Por este motivo o Estado Novo é visto como um recorte com o passado, um reencontro consigo mesmo, um Brasil Novo. Os intelectuais brasileiros, bem como o próprio Maia foram cooptados pelo Estado para tornarem-se seus ideólogos. Assim, ao invés de tentar explicar o atraso nacional, buscou-se criar elementos que reforçassem a ideia de que a própria sociedade seria apta a criar esse novo Brasil. E, para esse projeto era necessário um Estado forte, com um líder que seria capaz de guiar a nação para essa nova fase da história brasileira.

É interessante salientar a ambiguidade presente nas ideias de Álvaro Maia, de reforçador das ideias de modernização das instituições liberais, crítico do projeto liberal e defensor do autoritarismo. Esse traço reflete um conservadorismo que demonstrava uma preocupação com uma crescente “ameaça” ao status quo através de uma ampliação de conquistas às outras camadas sociais e consequentemente próprio posicionamento deste grupo na estrutura social vigente.

**Referências**

ANDRADE, Rômulo de Paula. "Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, Belém, n. 2,v.5,mai.-ago.2010.

ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista Na Imprensa Amazonense (1937-1945).** Dissertação de Mestrado em História (Instituto de Ciências Humanas e Letras)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

BUENO, Roberto. O autoritarismo brasileiro e as vias conservadoras em Francisco Campos, Oliveira Viana e o Estado Novo. In: **Revista RIL Brasília**. N. 210 abr./jun. 2016 (p. 25-41)

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gehardt. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. Tradução Sandra Regina. 6º edição. São Paulo. Editora Penso. 2012.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: **Repenssando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999

IANNI, Octávio.**A ideia do Brasil Moderno**. Editora Brasiliense. São Paulo. 1992.

MAIA, Álvaro. Discurso do Interventor Álvaro Botelho Maia, proferido no dia 08 de 1943. Manaus: D. E. I. P., 1943. p.1

\_\_\_\_\_\_. **Em nome dos Amazônidas**. Manaus: Imprensa Pública, 1927.

SKINNER, Q. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. **History and Theory,** vol. 8, no 3, pp. 3–53, 1969.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estatismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

1. Trabalho apresentado no GT 7: Interdisciplinaridades, Institucionalidade e Desafios das Ciências Sociais na Pan-Amazônia. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pesquisadora do Laboratório de Interdisciplinaridade das Ciências Sociais na Amazônia (PPGSCA-UFAM), professora do Centro Universitário do Norte (Uninorte). Email: pmsr20@yahoo.com.br [↑](#footnote-ref-2)
3. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), pesquisadora do Laboratório de Interdisciplinaridade das Ciências Sociais na Amazônia (PPGSCA-UFAM), professora do Centro Universitário do Norte (Uninorte). Email: tsr22t@yahoo.com.br [↑](#footnote-ref-3)
4. Segundo Quentin Skinner (1969), os “textos” devem passar por um processo de contextualização histórica e social, permitindo assim a identificação da intencionalidade dos autores no ato da escrita. Ou seja, é necessário compreender o que o autor “faz” ao dizer o que diz. O contexto, portanto, nos permitirá identificar os problemas que despertaram a atenção do autor. [↑](#footnote-ref-4)
5. MAIA, Álvaro. Em nome dos Amazônidas. Manaus: Imprensa Pública, 1927. p. 6. [↑](#footnote-ref-5)
6. MAIA Op. cit. p. 9. [↑](#footnote-ref-6)
7. MAIA, Álvaro. Discurso do Interventor Álvaro Botelho Maia, proferido no dia 08 de 1943. Manaus: D. E. I. P., 1943. p.1 [↑](#footnote-ref-7)
8. MAIA. Op. cit. p.2. [↑](#footnote-ref-8)